

A luta do homem na sua terra

Sustentabilidade e produção podem caminhar juntas, mas é necessário evitar os dois extremos da polêmica.

Quando o jornalista carioca Euclides da Cunha (1866-1909) escreveu “Os Sertões” – seu livro mais importante e que retrata a Guerra de Canudos – ele dividiu a obra em três partes. Na primeira delas, chamada “A Terra”, ele estudou o relevo, a fauna e o clima da região baiana onde se deu a Guerra de Canudos (1896-97); o capítulo “O Homem” retrata o povo nordestino da época como dependente do meio onde viviam; e “A Luta” narra o confronto que terminou na morte de toda a população daquele povoado.

No cenário nacional, é possível aplicar a mesma estrutura para a atual polêmica entre ambientalistas e produtores rurais, especialmente quando o assunto é a preservação das matas nas fazendas brasileiras.

A terra - Não há dúvida alguma que o meio ambiente deve estar entre as primeiras preocupações humanas, seja no campo filosófico seja na produção de alimentos. É dele que se extrai a matéria-prima básica para os mais diversos produtos, incluindo o setor têxtil, alimentício, energético e de construção civil. Para a pecuária, o pasto e a sombra das árvores são essenciais na produção de carne. Quanto a isso ninguém discorda. As divergências aparecem quando o assunto é o tamanho da área que os proprietários rurais

são obrigados a separar dentro da propriedade – a debatida Reserva Legal.

O Brasil é um País de tamanho continental, 26 estados e o Distrito Federal, mais de 5.500 municípios, quase 190 milhões de habitantes e uma área de 8.514.876,599 km² – o equivalente a 47% do território da América do Sul. São diversos tipos de vegetação e clima, como a Floresta Amazônica (norte), a Mata dos Cocais (meio-norte), a Mata Atlântica (do nordeste até o sul), o Cerrado (centro) e o Complexo do Pantanal (sudoeste). A terra, neste caso, é bem mais complexa do que o povoado de Canudos.

A luta - A legislação brasileira exige que o produtor preserve 20% da propriedade rural e ainda crie Áreas de Preservação Permanente (APPs). Estas servem para proteger as margens de nascentes na distância mínima de 30 metros dos cursos d’água e 50 metros na circunferência das nascentes.

Diversas entidades representativas do agronegócio apresentaram propostas de mudanças para o Código Florestal brasileiro. A ideia é substituí-lo por um Código Ambiental que permita a convivência e até mesmo a interação entre a produção e o meio ambiente. A mudança se faz mais do que necessária, visto que o Código Florestal está em vigor desde 1965 e neste tempo o País viveu muitas transformações.

Uma das primeiras preocupações das lideranças rurais é com a diferença entre as cinco regiões brasileiras. A cota de preservação é a mesma para todos os Estados, variando apenas conforme a proximidade com a Bacia Amazônica (o número chega a 80% para a propriedade rural localizada na Amazônia Legal e 20% para as propriedades nas demais regiões do País).

Uma das propostas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é que se transfira aos Estados, por meio de um zoneamento econômico-ecológico (ZEE), o planejamento técnico e científico de toda a ocupação territorial, urbana e rural no País. De acordo com esta proposta, a unidade de conservação da biodiversidade passaria a ser a bacia hidrográfica e não mais



Pecuarista preserva o meio ambiente e gera alimentos

Cattle Farmer Preserves the Environment and Generates Food

a propriedade, como funciona atualmente. Ou seja, as exigências legais focariam o conjunto de cada Estado e não mais a fazenda ou o produtor.

A FPA também sugeriu um novo conceito de Reserva Legal e que se crie uma área de reserva ambiental. A proteção dessas áreas seria determinada segundo a topografia e a presença de rios. Assim, a exploração estaria permitida nas áreas planas sem topo de morro, mata ciliar e água.

O primeiro Estado brasileiro a adaptar e implantar um Código Ambiental próprio foi Santa Catarina. O governo local sancionou projeto na cidade de Campos Novos, na presença de três mil produtores rurais. A senadora Kátia Abreu, presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), saiu em defesa da legitimidade da estadualização do Código e citou o artigo 24 da Constituição Federal. Segundo a Constituição, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, além da proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Outra reivindicação é que as leis ambientais sejam baseadas em estudos científicos e não em ideologias. Segundo a CNA, a atual

exigência de 30 metros de proteção dos mananciais não tem base científica.

O homem - No centro de toda esta questão está a sobrevivência do brasileiro, que deseja se afirmar como principal produtor mundial de alimentos de alta qualidade. Ninguém deseja que haja uma nova Guerra de Canudos, onde o poder estava nas armas e não no diálogo. O País tende a descentralizar a decisão sobre questões como o meio ambiente e dar mais autonomia aos Estados e pólos produtores. O setor não defende nem pretende defender o desmatamento, a degradação da natureza ou qualquer outra ação que prejudique o meio ambiente. O que se pretende é mostrar que a atualização da Lei de 1965 se mostra urgente e que o radicalismo – como na Guerra de Canudos – é um problema a mais nesta questão, e não uma solução.



MAN'S STRUGGLE IN HIS LAND

**Sustainability and production can move together
but it is necessary to avoid the two extremes limits.**

*When Euclides da Cunha (1866-1909), a journalist from Rio de Janeiro, wrote *Os Sertões (Rebellion in the Backlands)* – his most important book which portrays the War of Canudos – he divided the book into three parts. The first chapter “A Terra” (The Land) he studied the topography, fauna and climate of the area in Bahia state where the War of Canudos (1896-97) took place; the second chapter “O Homem” (The Man) portrays the northeast people who lived in that period, being dependent on the environment where they lived; and the third chapter “A Luta” (The Struggle) narrates the battle that ended with the death of the whole village population.*

In the actual national scenario we can see the same structure from those days in the current controversy between environmentalists and farmers, particularly when it comes to preserving native forests on Brazilian farms.

The land – There is no doubt that the environment must always be a higher priority of human concerns, whether it is the philosophical way or in the food production field. The basic raw material is extracted from the environment for the manufacture of various products such as textiles, food, power and civil construction. In cattle raising, the pasture and tree shadow are a key factor for meat production and for

